

CIES e-Working Paper N.º 107/2011

**Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões
da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil**

FERNANDA LIMA LOPES

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Fernanda Lima Lopes é doutoranda da ECO – Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestre em Comunicação e Cultura pela mesma universidade e graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFMG. Foi investigadora visitante do CIES-IUL.
E-mail: ferdynanda@yahoo.com

Resumo

Muito se ouve falar sobre a crise que o jornalismo vem passando desde o final do século passado e início deste. As reflexões sobre isso mencionam dificuldades econômicas enfrentadas pelas empresas, restrições do mercado de trabalho, problemáticas relativas ao diploma, transformações tecnológicas, entre outras questões. Este artigo procura abordar alguns desses aspectos, tendo em vista a profissão de jornalista no Brasil e sua respectiva trajetória histórica. Esse olhar é guiado pela convicção de que falar de crise não é novidade para o jornalismo, o qual, pelo contrário, passa por constantes conflitos e transformações. Sabendo disso, em vez de empreender uma defesa partidária em torno de um suposto modelo para o jornalismo, este trabalho procura observar as características das crises naquilo que elas apresentam em termos de ruptura e continuidade.

Palavras-chave: jornalismo, crise, tecnologia, emprego, diploma.

Abstract

There is a widespread discussion about the supposed crisis of journalism in current times. Among the components of this crisis, one frequently mentions economic difficulties faced by media enterprises, as well as lack of job posts in the market, technological transformations, issues related to the legal requirement of the diploma in Brazil. This article seeks to approach some of these debates, focusing on the professional activity of journalism in Brazil and its historical trajectory. Above all, it is important to understand that crisis is not a novelty for journalism, which has always displayed a very conflictive and unstable existence. Therefore, instead of working from the perspective of a supposed perfect and constant model for journalism it would be more profitable to investigate this crisis in terms of what it represents in a historical process of rupture and continuity.

Keywords: journalism, crisis, technology, job, diploma.

Introdução

O jornalismo vai acabar? Essa é a dúvida constitutiva do blogue emblematicamente denominado “fimdojornalismo.blogspot.com”. A mera elaboração da pergunta revela um temor ou uma crença de que o jornalismo está em risco. Independentemente do conteúdo das respostas, a questão já é um sintoma da sensação de insegurança que se abate atualmente sobre a atividade.

Antes de aprofundar sobre um ou mais âmbitos das tensões vividas pelo jornalismo na contemporaneidade, a primeira parte deste trabalho se dedica a mostrar que a temática da crise, tão badalada nos dias atuais, não é novidade para o jornalismo. Inúmeros outros momentos de instabilidade e transformações já foram enfrentados e/ou anunciados pelos jornalistas na história de sua existência. O estardalhaço feito em torno da crise atual – sobretudo no que diz respeito às transformações tecnológicas do presente – acaba, muitas vezes, por nublar a compreensão de que a atividade jornalística está em constante instabilidade.

Ora, para os que procuram pensar as mudanças da realidade social na longa duração, percebendo os processos em conexão – como enfatizou a École des Annales – e não como uma reunião de grandes feitos e personagens de destaque históricos isolados, as crises não irrompem de modo espontâneo e autômato, mas ocorrem no acirramento de conflitos latentes e mesmo já existentes em pequena escala.

Outra crítica a respeito das abordagens que tratam da crise na contemporaneidade diz respeito àquelas percepções que tendem a expressar a crença em um suposto modelo anterior, tido como estável e seguro, como se o jornalismo sempre fora de um único jeito. Algumas discussões, por seu declarado parcialismo e/ou subreptícia vinculação ideológica, acabam dando a sensação de que a chamada crise se abate sobre um padrão absolutizado do jornalismo. No entanto, tendo compreendido o caráter histórico da construção da identidade jornalística por meio de tensões, negociações e reordenamentos, os pesquisadores que procuram estudar o jornalismo e os jornalistas devem guiar suas análises de modo que não adotem um discurso dogmático, defensor de um modelo único para definir o que é a atividade e o que são os que dela participam. Em vez disso, devem se esforçar para perceber os contextos de

consolidação de concepções fortes de cada época. Assim, melhor do que perguntar se o jornalismo vai acabar é questionar sobre quais padrões de jornalismo estão moribundos.

A presente reflexão toma a noção de profissão como seu fio condutor. Muitas considerações em torno do que vem sendo entendido como “crise do jornalismo” no fim do século XX e início do XXI se relacionam à questão profissional, sendo esta, portanto, um aspecto de relevância nesse debate. Antes de avançar, porém, é prudente destacar que o olhar voltado para as profissões que costuma conchamar o viés teórico da sociologia das profissões não deve ser o único caminho para o entendimento ampliado acerca do fenômeno do jornalismo. A dimensão profissional certamente é uma das variáveis para se entender a atividade jornalística, mas a complexidade desse universo também precisa ser vista sob diversas outras óticas e com a ajuda de outras metodologias. Agregar conhecimentos de variadas áreas de conhecimento é um modo de levar-se o jornalismo a sério, como defende a pesquisadora americana Barbie Zelizer (2004).

De qualquer forma, dada a relevância da perspectiva profissional para o jornalismo, esse aspecto oferece um direcionamento analítico consistente. Ademais, o recorte a partir da tal ideia não precisa ser necessariamente restritivo, podendo – e devendo – ser incrementado pela análise de outros aspectos que não estão primordialmente associados à questão da profissão, mas que a cruzam, tangenciam ou apresentam vínculos com ela e que, por isso, também podem ser vistos como integrantes da rede de condições em que aparece a crise – ou as crises – dessa atividade.

Pensar sobre as instabilidades do jornalismo sob a perspectiva do indivíduo jornalista também é uma estratégia interessante. E unir ambos – a profissão e o jornalista – significa, pois, tratar da identidade profissional desse agente. Como alerta Lattman-Weltman (1992), essa abordagem abrange muito mais do que a profissão. Não é apenas o sentido utilitarista e objetivo da atividade profissional que é capaz de encadear processos de autodefinição, mas eles também são relacionados às representações, entendidas como “imagens, ideias, ideais e estereótipos” (Lattman-Weltman, 1992: 8), os quais o pesquisador pode conhecer ao estudar como os atores percebem, vivenciam e valorizam a experiência profissional e os fenômenos que a atingem.

Algumas crises no percurso histórico da profissão no Brasil

Nem sempre os jornalistas foram reconhecidos como profissionais. No Brasil, esse status só começa a ser reivindicado a partir do século XX, embora já se tenha

registro da atividade de impressão de periódicos desde 1808. Contudo, chega a ser arriscado chamar de jornalistas os primeiros homens de imprensa, isto é, os trabalhadores dos primórdios dessa ocupação no país. As primeiras pessoas a se dedicarem à publicação de folhas periódicas não chegavam a constituir sequer um grupo, muito menos sob a alcunha de jornalistas. E mesmo depois, com o crescimento e o desenvolvimento dos jornais e gazetas que circulavam no país, os que podiam ser chamados dessa forma tinham uma imagem radicalmente diferente do modelo de jornalista profissional consolidado após os anos 1950.

Por volta da metade até o final do século XIX, algumas pessoas já eram consideradas jornalistas, mas o ofício de escrever para jornal não era encarado como uma profissão. Um dos intelectuais que, em 1908, fez parte da fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) avaliava que as características heterogêneas daquele conjunto de produtores de conteúdo, bem como suas condições de trabalho e salário nos veículos impressos do início do século, eram sintoma de uma profunda falta de profissionalização dos jornalistas. Gustavo de Lacerda dizia: “o jornalismo entre nós não é uma profissão”, e afirmava que os jornalistas eram “os últimos dos proletários” (Abranches, 1938: 4).¹

A criação da ABI significou a materialização de um latente desejo por melhorias nas condições de trabalho para os que se dedicavam ao trabalho intelectual no processo de produção de jornais. Contudo, a profissionalização da atividade ainda demoraria a se consolidar. A construção desse sentido para o grupo viria paulatinamente em virtude de muitos outros processos, envolvendo decisões, movimentações políticas, mecanismos legais, reordenamentos grupais. Apenas para sintetizar alguns deles, é interessante recordar aspectos como: a organização dos primeiros sindicatos de jornalistas no Brasil (patronais e de trabalhadores), a partir da década de 1930; o aparecimento das primeiras escolas de jornalismo; a promulgação do decreto-lei n.º 910 de 1938, que fez definições impactantes para os jornalistas, instituindo, por exemplo, a obrigação de registro no Ministério do Trabalho, a jornada de cinco horas de trabalho, o descanso semanal, benefícios previdenciários, etc.

¹ Esta última frase diz respeito a comparações com outras categorias operárias também importantes para o funcionamento do jornal, que eram os linotipistas, maquinistas e todos os operadores das oficinas de impressão. Os chamados gráficos já tinham organizado seu sindicato e, com suas reivindicações, já contavam com o recebimento regular de salário, enquanto aqueles a que Gustavo de Lacerda chamava “trabalhadores do pensamento” continuavam submetidos a atrasos no pagamento e ao regime de vales (Segismundo, 1988).

É apenas na década de 1950 que os já iniciados processos para a profissionalização do jornalismo se tornam mais consistentes, amplificados por uma série de mudanças que significaram o crescimento da autonomia dos jornalistas em relação a vínculos e dependências até então cultivados com outras profissões, práticas e esferas da vida social. A partir daquele momento, o antigo modo de se fazer jornalismo, caracterizado por ser extremamente conectado com os fazeres e valores da política, do direito e da literatura, perdeu, efetivamente, sua força. Houve, de fato, uma ruptura com os antigos laços e foi possível contemplar uma autonomização do jornalismo em seus modos de elaborar discursos, de se apresentar ao público, de se autoorganizar, de se autoavaliar, de se posicionar diante de outros atores sociais (Ribeiro, 2000; Barbosa, 2007; Sodré, 1977).

Nesse cenário, um dos principais valores a contribuir para a autonomia jornalística em relação à influência político-jurídico-literária foi a norma da objetividade, primeiramente adotada pelo *Diário Carioca* e, em seguida, por outros jornais do Rio de Janeiro. A institucionalização desse ideal em manuais de redação e em programas de disciplinas no ensino superior acabou fazendo com que ele fosse intimamente associado à ideia de profissionalismo e de jornalismo correto. Não obstante tenham enfrentado resistências por parte dos jornalistas, as regras da objetividade acabaram sendo reproduzidas por redações de todo país, incluindo as de rádio e televisão. Elas serviram não apenas de orientação pragmática do trabalho, mas se tornaram pilares para a construção de toda uma deontologia.

Por causa de todas essas mudanças, a década de 1950 é considerada um momento de crise, segundo o historiador da imprensa Nelson Werneck Sodré (1977):

As transformações, que se aceleram extraordinariamente na segunda metade do século XX, são de alcance e profundidade muito maiores do que aquelas iniciadas nos fins do século XIX. Diz-se de qualquer fenômeno ou processo que atravessa uma crise quando as formas antigas já não satisfazem ou correspondem ao novo conteúdo, e vão sendo quebradas, sem que se tenham definido ainda plenamente as novas formas; as crises são, assim, próprias das fases de transição. (Sodré, 1977: 449-450)

Ribeiro (2000) caracteriza os anos 1950 como tempos revolucionários para o jornalismo no Brasil. Seu trabalho sobre o período destacou não apenas as rupturas e novidades, mas procurou enfatizar o caráter de continuidade que marcou vários aspectos

daquelas modernizações. A autora mostra que as mudanças foram resultado de complexas relações dentro e fora do grupo dos jornalistas, associadas a conjunturas políticas, econômicas, socioculturais mais amplas.

Mais tarde, em 1974, a temática da crise em relação ao jornalismo é aludida no livro *O Papel do Jornal*, publicado pelo jornalista e professor de jornalismo Nilson Lage. A obra aborda, entre outros assuntos, a crise que se abateu sobre a imprensa periódica no contexto do choque do petróleo da década de 1970, quando os preços de produtos importados – como era o caso do papel-jornal – aumentaram exorbitantemente. Entre as estratégias para contornar os percalços econômicos, alguns jornais reduziram a quantidade de páginas das edições, diminuíram o tamanho do espaço publicitário e até jornalístico, outros veículos aumentaram o preço de venda, o que levou à redução do consumo, e algumas empresas chegaram a fechar suas portas, como foi o caso do *Correio da Manhã*, já em situação precária por outros motivos, mas que, com a crise do papel, se agravou.

Nos anos 1980, uma crise no jornalismo foi identificada a partir dos impactos causados pela chegada dos computadores às redações. A informatização dos veículos de comunicação brasileiros começou pelas empresas do eixo Rio-São Paulo, onde se concentravam – e ainda hoje se concentram – as principais empresas de mídia do país. Elas deram o primeiro passo na aquisição de equipamentos e *software* que substituíram de vez a máquina de escrever, a lauda e outros instrumentos do fazer jornalístico. Mas não demorou para que os terminais eletrônicos chegassem também às redações de outras regiões. De modo geral, a incorporação das inovações levou a reformas no ambiente de trabalho ao qual os jornalistas estavam habituados: “A sinfonia das pretinhas deu lugar a um silêncio cibernético”, descreve um número especial da revista *Imprensa* publicado em 1987.

A inserção de tais aparatos tecnológicos impactou o universo jornalístico de diferentes formas, as quais foram percebidas de maneiras variadas pelos integrantes do grupo dos jornalistas. As empresas, de modo geral, celebraram as intervenções pelo fato de terem dado um ar mais *clean* ao local de trabalho, além de terem acelerado o processo de fechamento das edições e permitido maior controle sobre o serviço dos funcionários. Já os sindicatos manifestaram preocupação com o fim de algumas funções, como, por exemplo, as de copidesque ou de revisor. Os representantes de classe também questionavam sobre as pressões sofridas pelos jornalistas no processo de adaptação às novas exigências, ao novo ritmo, ao novo modo de trabalho.

Nas universidades, se, por um lado, docentes, discentes e pesquisadores aguçaram suas críticas – algumas idênticas aos clamores dos sindicalistas – aos novos aparatos tecnológicos daquela época, por outro lado, os cursos se esforçavam para se atualizar e oferecer aos alunos uma formação condizente com o mercado de trabalho. No plano infraestrutural, as escolas particulares mais abastadas usavam como chamariz de novos alunos os laboratórios equipados com as novidades tecnológicas, enquanto as escolas públicas pleiteavam do governo mais verbas para a compra de equipamentos. A política educacional para a área de comunicação também foi afetada pelas novas demandas surgidas com o computador. Ilustra isso o fato de a necessidade de acompanhar as transformações mercadológicas ter sido um dos tópicos das discussões relativas à constituição de um novo currículo mínimo do Ministério da Educação para o curso, por volta de 1984.

A chegada daquelas inovações tecnológicas na década de 1980 é considerada, pela pesquisadora Maria José Baldessar, como paradigmática para as transformações que se verificaram na profissão de jornalista naquele momento:

Sem dúvida, as grandes mudanças no cotidiano profissional dos jornalistas começam com a informatização das redações dos jornais e revistas no Brasil iniciada na década de oitenta. Com a introdução dos computadores, os jornalistas tiveram de se adaptar a uma realidade profissional que incluía a exigência de maior qualificação, a especialização crescente, as modificações nas condições de trabalho e, sobretudo, a intensificação do trabalho. (Baldessar, 2005: s.p.)

De fato, os impactos da tecnologia sobre as profissões são fortes a ponto de extinguir funções, alterar *modus operandi*, conferir novo ritmo, criar novas ansiedades e diminuir outras, motivar formações em novas competências. Elas movimentam não apenas o campo dos fazeres, mas também o dos saberes e dos valores. Contudo, é bom que se deixe extremamente claro que não é a tecnologia sozinha e autonomamente que provoca tais alterações. Ela possui tanto um caráter de produtor quanto de produto das ações humanas. Baldessar (2003) também reitera essa mesma ideia, que ela aproveita da reflexão de Célio Espíndola:

Ao surgir, ou ao se intensificar num quadro de crise, ou seja, num momento dado da dinâmica da luta de classes e da competição acirrada entre os capitais ao nível

internacional, a tecnologia é, ao mesmo tempo, por um lado condicionada ou fruto dessas contradições sociais, e, por outro, um elemento potencial de resposta a elas. (Espíndola, 1985: 77, *apud* Baldessar, 2003: 56)

As mudanças de comportamento, de pensamento e de sentimento em relação aos mais diversificados aspectos da profissão e, por conseguinte, sobre a própria imagem profissional, só podem ser tomadas como fruto das transformações tecnológicas na medida em que consideramos, em primeiro lugar, a conexão humana com elas. Obviamente as materialidades impõem certas conformações, inclusive físicas, aos modos de relacionamento humano com os aparatos; entretanto, é em virtude dos usos na esfera da produção, da circulação e do consumo que os significados vão sendo construídos, a partir de negociações e relações de poder no espaço social.

A(s) crise(s) contemporânea(s) do jornalismo no Brasil: alguns aspectos e seus antecedentes

Não só no Brasil, mas em vários lugares do mundo, muitas instabilidades que o jornalismo tem vivenciado contemporaneamente têm sido relacionadas ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) nos últimos anos do século XX e os primeiros do XXI. Esse tipo de associação é feito pelo vastíssimo espectro de pensadores que, de modo geral, se preocupa com o impacto das novidades tecnológicas sobre as profissões. A abordagem tampouco é nova, remetendo, no mínimo, à época da revolução industrial. Algumas reflexões que alcançam visibilidade, inclusive por força dessas próprias tecnologias, chegam a ecoar o (não tão novo) temor da substituição do homem pela máquina. Outras põem em xeque o futuro das profissões, como o emblemático blogue “fimdojornalismo”.

Mas, se, de um lado, o anúncio de uma crise em face de mudanças tecnológicas é uma maneira de se lidar com as instabilidades e impactos que elas (tecnologias) provocam, por outro lado, o que é visto como crise por uns, outros aclamam como progresso e transformação criativa, digna de cultivo e celebração. Esse também é um dos jeitos como as pessoas tendem a encarar a tecnologia, com uma espécie de encantamento, aproximando-se quase de uma atitude religiosa frente a ela. É o que nota Erick Felinto

(2002), ao estudar o impacto que uma tecnologia produz no imaginário de uma cultura, tendo em vista sobretudo as inovações do final do século XX e início de XXI.

A pesquisa de Marialva Barbosa (2007) sobre a imprensa brasileira da virada do século XIX para XX ilustra o fascínio que a tecnologia exercia sobre as pessoas cem anos antes. No Rio de Janeiro daquela época, a cidade ganhava automóveis, iluminação elétrica, tração elétrica nos bondes. A imprensa se modernizava com impressoras rotativas, métodos fotoquímicos para impressão a cores, linotipos substituindo as composições manuais, telégrafo... Tudo isso aumentava a velocidade de circulação das informações e alterava os padrões de visibilidade social existentes até então.

[E]levados pela tecnologia que transforma o cotidiano e as sensações, os jornais não cessam de anunciar em tom sempre apologético os novos aparelhos que revolucionam a apreensão do mundo e instauram múltiplas percepções temporais. (Barbosa, 2007: 24)

Com um enfoque especial sobre o jornalismo, a autora chama a atenção para a profunda conexão entre as transformações tecnológicas daquele tempo e o jornalismo, o qual foi tanto modificado-acelerado por elas quanto ajudou a reproduzir o sentimento de euforia em relação às inovações. Os periódicos foram os responsáveis por abrigar, conduzir e reproduzir as mudanças configuradas sobre a realidade e o ritmo de vida da sociedade urbana. O jornalismo, nesse contexto, se nutria dos artefatos do progresso ao mesmo tempo em que alimentava o poder deles.

Já em relação ao contexto de século XXI o jornalismo não é mais a principal instância de teor comunicacional a abrigar, vivenciar, reproduzir, sedimentar, enaltecer as novidades tecnológicas do mundo, em geral, nem do campo midiático, em especial. Vivemos em uma sociedade multimidiática, com inúmeros canais de comunicação e milhões de fontes disponíveis para informação. Os tradicionais meios de massa, ainda fortes – é preciso admitir –, já não respondem, porém, aos anseios de uma geração que nasceu com a internet a pleno vapor. Outros atores sociais incorporaram alguns fazeres da comunicação – e dos novos aparatos – e entraram no que Michel Foucault (1996) chama de ordem do discurso. Ali cresceram em importância, não só dividindo a atenção do público e clamando por sua audiência, como também estremeceram algumas bases em que o jornalismo se apoiava para construir seu lugar de fala (para usar um termo de Bourdieu).

Nesse contexto, as formas tradicionais de jornalismo (como o próprio jornal impresso) tiveram que repensar e/ou reorganizar suas práticas, modos de apresentação, estratégias de conquista do público, ou então simplesmente sucumbir, como aconteceu com algumas delas (por exemplo, o fim da publicação em papel do centenário *Jornal do Brasil*, que passou a estar disponível apenas *on-line*, em 2010).

Para Marcondes Filho (2000: 31), “a tecnologia imprime seu ritmo e sua lógica às relações de trabalho, definindo os novos profissionais, a nova ética de trabalho, em suma, um outro mundo, que mal deixa entrever os sintomas do que se convencionou chamar no passado de jornalismo”. Em seu livro, o autor chama os jornalistas de cães malditos, que, todavia, continuam a existir por aí, “apesar de terem perdido o faro investigativo, a fúria desbravadora e a coragem de tudo desvendar” (*idem*: 8). E convida o leitor para ajudá-lo a “desvendar as causas, os resultados e os destinos de sua [dos jornalistas] insólita dispersão, verdadeira diáspora moderna por regimes digitais e espaços virtuais” (*idem*: 9).

No início de sua reflexão, o autor parece tentar explicar a crise do jornalismo contemporâneo unicamente com o argumento tecnológico, porém, no decorrer do trabalho, esclarece que se trata de um estremecer causado pela crise da modernidade. Definido por Marcondes Filho como uma “síntese do mundo moderno” (*idem*: 15), o jornalismo é considerado uma profissão cujo desenvolvimento esteve muito conectado com os desdobramentos e valores da modernidade: a economia de mercado e seu triunfo, a democracia. Nesse sentido, quando suas ancoragens modernas entraram em crise, viu-se balançado não apenas em virtude das inovações tecnológicas, mas pelo que estas significaram no cenário de rupturas de elementos balizadores do fazer, pensar, agir, sentir, julgar na modernidade.

Ao conjunto de falências que se abateram sobre a profissão de jornalismo elencado por Marcondes Filho pode ser acrescentada a questão do desemprego, outro aspecto encarado como sintoma da crise contemporânea. Embora a preocupação em face do contingente de jovens jornalistas e os temores pelo desemprego derivado da pressão social do excesso de mão de obra já fossem sentidos desde os anos 1980 (Silva, 1984), nos primeiros anos do século XXI a situação concorrencial deixou de ser meramente preocupante e adquiriu status de calamitosa. Em menos de 20 anos, o

número de cursos de jornalismo abertos no Brasil aumentou mais que cinco vezes.² Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) contabilizam que o número de graduados com essa habilitação em 2001 foi aproximadamente 13 mil; em 2002, 15 mil; e em 2003, 18 mil. Estima-se com isso que, apenas na primeira década do século XX, foram despejados quase 180 mil novos bacharéis em jornalismo no mercado de trabalho. Paralelamente à escassez de oportunidades em redações e nas assessorias de comunicação, a quantidade excessiva de escolas de jornalismo levantou suspeitas sobre a qualidade da formação, sobretudo em relação a escolas particulares e/ou de cidades interioranas.

A crise do emprego para jornalistas na contemporaneidade não pode ser vista como algo isolado, mas precisa ser inserida no contexto mundial de carência de postos de trabalho. No mundo globalizado, as taxas de desemprego elevam-se mesmo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos e alguns da Europa. Neles, a presença de imigrantes, antes tolerável para suprir os serviços que os nativos não se prestavam a fazer, vai se tomando cada vez mais insuportável.

Por outro lado, os chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) despontam como economias emergentes em meio ao cenário europeu de crescimento econômico moderado e que chegou à recessão (alguns países) depois da tensão engatilhada pela crise de 2008 do crédito imobiliário americano. Para aqueles países em desenvolvimento, o momento de instabilidade não ecoou da mesma maneira o impacto sentido pelos países desenvolvidos. Na mesma ocasião em que europeus lamentavam a retração ou estagnação econômica, manifestavam esforços de recuperação, Os BRIC fervilhavam discursos otimistas, como os do segundo governo Lula, que celebraram, entre outras coisas, o aumento do emprego no Brasil.

De fato, a sociedade brasileira acompanhou crescimentos significativos em alguns setores – a exemplo da área da construção civil –, contudo, os jornalistas continuaram enfrentando cada vez mais dificuldades por encontrar/manter vagas, principalmente nos espaços dos tradicionais meios de comunicação de massa. Em contrapartida, a busca de trabalho pelo graduado em jornalismo da contemporaneidade deixou de visar prioritariamente aos ofícios de editor, repórter, apresentador (que até então podiam ser consideradas figuras emblemáticas para a identidade profissional, mas até quando?). Diante do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e

² Até 1989, havia no Brasil 63 cursos de jornalismo; em 1999, esse número era 137; em 2008, havia 365 (dados coletados a partir de informações do Ministério da Educação).

comunicação, da crescente valorização dos processos comunicacionais pelas empresas, governos e terceiro setor, das possibilidades culturais e formas alternativas de lidar com a informação, o bacharel nesse curso já não persegue os estereótipos e amplia sua busca em outras oportunidades, em alternativas menos convencionais.

A questão da formação superior em jornalismo no Brasil abriga, de modo bem particular, mais um elemento agregado à crise da contemporaneidade. Entre outubro de 2001 e junho de 2009, uma ação na justiça pleiteou o fim da obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício dessa profissão.³ A necessidade de graduação específica fora definida em 1969, por um dos artigos do decreto-lei n.º 972, mas terminou extinta com o julgamento final.

A queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalismo no Brasil pode ser lida como mais um dos sintomas da crise contemporânea do jornalismo. Há que se destacar, todavia, que tal consideração deve ser motivada menos pelo fato de o diploma, um dos elementos institucionalizados da fronteira do grupo, ter caído, e mais pelo que isso realmente significou: um acirramento de tensões que estiveram mais ou menos latentes durante os 40 anos em que a norma que exigia a formação superior aos jornalistas esteve em vigor. Vale reforçar que esse acontecimento singular – algo que muitos membros desse grupo consideram uma lamentável perda – não é consequência que dependeu unicamente de uma decisão da justiça brasileira mas, enquanto elemento metonímico da(s) crise(s) do jornalismo na contemporaneidade, vem acrescido de novos contextos que abrigam situações e argumentos que desacreditam o curso superior e o próprio jornalismo em seus moldes tradicionais e massivos.

Quando, em 1969, foi criado o decreto-lei n.º 972, que, entre outras coisas, estabeleceu a obrigatoriedade do diploma, isso representou, naquela época, uma crise. Embora tal legislação tenha sido promulgada durante a ditadura militar, ela foi encarada, por parte das entidades de classe (principal mola motora, paralelamente aos donos de meios de comunicação, das reivindicações relativas a leis para a imprensa), como uma espécie de vitória da categoria, pois contemplava alguns pontos de negociação que já se arrastavam desde os anos anteriores. A maior indisposição contra o

³ O lado contrário à obrigatoriedade foi o dos que moveram a ação: empresários de comunicação representados pelo SERTESP (Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo). O lado favorável à exigência do diploma foi encabeçado pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), que reúne sindicatos de todo país e que foi, junto com a União, ré desse processo. Quando me refiro ao debate do século XXI, não pretendo negligenciar o contexto mais amplo que inclui vozes de outros atores sociais que também se envolveram nas discussões sobre a temática. Entretanto, saliento que a disputa jurídica institucionalizou um antagonismo de classe entre patrões e empregados a respeito da questão.

decreto-lei naquele momento ocorreu em relação à figura do “provisionado”, um mecanismo legal criado para dar conta do universo de jornalistas não graduados já existentes e atuantes no mercado de trabalho no período de promulgação da lei. É válido lembrar que, em 1969, havia 18 faculdades de jornalismo no país autorizadas pelo MEC, sendo que alguns cursos sequer haviam formado turmas, como o da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, ou o da Universidade Federal de Goiás, ambos inaugurados em 1968, ou o da Universidade Federal do Amazonas, aberto em 1969.

O ponto nevrálgico em relação à figura do provisionado estava delineado no artigo 12.º daquela norma,⁴ que definiu que os provisionados, isto é, os jornalistas registrados sem diploma, não poderiam ultrapassar “o limite de um terço das novas admissões a partir da vigência deste decreto-lei”. Isso gerou insatisfação em uma parcela dos representantes sindicais, porém, não obstante as reivindicações das entidades de classe, o governo tornou mais duras as normas para os provisionados, acrescentando, em outro decreto, que estes não poderiam exercer cargos de chefia. Tudo isso significou o acirramento das tensões entre graduados e não graduados.

Assim, como uma espécie de efeito colateral dos esforços para alcançar “conquistas da categoria” frente ao Estado, observou-se uma institucionalização da diferença já existente. Diante da intensificação dos conflitos e tensões verificáveis no interior do próprio grupo, o grande desafio das entidades de classe caso optassem por defender aberta e indistintamente a exigência do diploma para o registro profissional (como fizeram poucos anos mais tarde) seria encarar, naquele contexto, a reação da grande maioria de jornalistas não formados, que estava em pleno exercício em redações de jornais, revistas, rádios e televisões por todo o país. Se, por um lado, a defesa da obrigatoriedade pelos sindicatos poderia gerar desgosto em grande parcela de jornalistas, inclusive sindicalizados, por outro lado, valorizar a formação superior significava fortalecer a identidade profissional.

De qualquer modo, com o crescimento dos cursos superiores e com uma política de estímulo à educação formal, os sindicatos não patronais e a Federação Nacional de Jornalistas se encaminharam para uma posição de perene defesa da exigência do

⁴ Art. 12.º: “A admissão de jornalistas, nas funções relacionadas de ‘a’ a ‘g’ no artigo 6.º, e com dispensa da exigência constante do item V do artigo 4.º [obrigatoriedade do diploma para o registro profissional], será permitida enquanto o Poder Executivo não dispuser em contrário, até o limite de um terço das novas admissões a partir da vigência deste Decreto-Lei.”

Parágrafo único: “A fixação, em decreto, de limites diversos do estipulado neste artigo, assim como do prazo da autorização nele contida, será precedida de amplo estudo de sua viabilidade, a cargo do Departamento Nacional de mão-de-obra.”

diploma. Já em 1973, em documento produzido por ocasião da IX Conferência Nacional de Jornalistas promovida pela Fenaj, a obrigatoriedade do diploma foi mencionada diretamente, tendo sido classificada como uma das “reivindicações de uma categoria legitimamente reunida e representada”.

Na década de 1980, a questão do diploma voltou a enfrentar instabilidades sérias, provocadas por uma série de fatores como os debates da Assembleia Constituinte, em 1986, que trouxeram a temática de novo à baila, e as tensões que envolveram a direção do jornal *Folha de S. Paulo*, também por volta desse mesmo ano. Conforme estudado em trabalho anterior (Lopes, 2009), a década de 1980 acompanhou um processo de formação de polos em torno dessa questão: patrões e empregados concentravam, respectivamente, as opiniões contrárias e favoráveis à exigência de formação superior.

Nos anos 1990, os ânimos dos debatentes foram acalmados em relação a esse assunto e não se ouviu falar de crise do diploma. Entretanto, o estado de latência terminou quando, em 2001, um sindicato patronal decidiu ajuizar uma ação contra a obrigatoriedade da formação superior para o exercício profissional do jornalismo, fato que foi agregado a tantas outras crises da profissão no final do século XX e início do XXI.

Considerações finais

Assim como qualquer fenômeno social no tempo e no espaço, as ocupações apresentam maleabilidade e mobilidade. Entretanto, em comparação com profissões tradicionais, como a medicina, o direito, a engenharia civil, o jornalismo mostra-se particularmente instável; suas tensões parecem adquirir proporções muito maiores e mais duradouras. As crises que afetam os jornalistas se exacerbam – sobretudo as de teor político e as que envolvem decisões legislativas e judiciais – por motivos como: a proximidade do jornalismo com o poder instituído, o papel/missão de “quarto poder” que os jornalistas se atribuem e por meio do qual são, de certo modo, reconhecidos; o poder que eles possuem sobre a palavra pública, entre outros.

Outra explicação para o fato de o grupo dos jornalistas apresentar mais fragilidade e baixa coesão em relação a outros agrupamentos profissionais é que existe fragmentação e heterogeneidades gritantes em seu interior. Por exemplo, há entre os membros do grupo pessoas de renda altíssima e outros vivendo apertados financeiros

severos; há dirigentes de conglomerados de mídia e jornalistas minimamente assalariados. Essa disparidade não diz respeito apenas à diferença econômica, mas ideológica, já que patrões e empregados, além de autônomos, são agrupados pelo mesmo rótulo.

Assim, em termos de reivindicações coletivas para a classe, observa-se a formação de polos no interior do próprio grupo, algo que não é comum entre outras categorias, por exemplo, médicos, advogados, contabilistas, engenheiros, bancários, metalúrgicos, motoristas de ônibus, funcionários dos correios. Em outras ocupações, os membros unem-se para lutar contra o grupo que lhe é antagônico ou que possui interesses contrários aos seus – seja o patrão, seja o governo. Já para o heterogêneo grupo dos jornalistas, é interessante perceber que as crises afetam diferentemente cada um de seus membros. Em alguns momentos, uns são beneficiados em detrimento dos outros; pode ocorrer que, dentro da situação de tensão e disputa, o conflito seja prejudicial e até fatal a algum padrão ou modelo de jornalismo, enquanto serve de terreno fértil a outras propostas e formas de existência. Nesse sentido, cabe ao pesquisador identificar que, em certos momentos, a própria exaltação da crise é um elemento estratégico de alguns agentes e subgrupos para justificar posições, ditar regras, delimitar fronteiras de atuação, questionar ou reafirmar autoridade, enfim, forjar parâmetros de definição identitária para o jornalista.

Não é possível adivinhar se o jornalismo vai ou não desaparecer em face da falta de emprego, do fim da obrigatoriedade do diploma, do desaparecimento de versões impressas dos jornais, da criação de novos canais e formatos de comunicação possibilitados pelas NTIC, dos abalos aos pilares da modernidade, os quais se desenvolveram paralelamente ao jornalismo, enfim, de todos os sintomas que são percebidos como de uma crise no mundo contemporâneo. O que é possível fazer acerca do entendimento do futuro dessa profissão é continuar a acompanhar os contornos que ela vai tomando a cada movimento de negociação, reorganização e recondicionamento de atores, saberes, fazeres e valores.

Referências bibliográficas

- Abranches, Dunshee de (1938), *A Fundação Gustavo de Lacerda: Reminiscências dos Primeiros Dias da ABI*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio.
- Abreu, Alzira Alves de (org.) (1996), *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Baldessar, Maria José (2003), *A Mudança Anunciada: o Cotidiano dos Jornalistas com o computador na redação*. Florianópolis: Ed. UFSC e Ed. Insular.
- Baldessar, Maria José (2005), “Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições, um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses”. In: Encontro Nacional Da Rede Alfredo De Carvalho, 3., 2005, Novo Hamburgo. *Anais...* Novo Hamburgo, 2005. CD-ROM.
- Barbosa, Marialva (2007), *História Cultural da Imprensa: 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Bourdieu, Pierre (2003), *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Foucault, Michel (1996), *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- FELINTO, Erick (2002), “Por uma crítica do imaginário tecnológico”. *Encontro da COMPOS*. 6, Rio de Janeiro. Disponível em http://compos.org.br/data/biblioteca_788.pdf
- Lattman-Weltman, Fernando (1992), *Jornalistas: agenciando a cidadania, publicizando o privado*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ.
- Lopes, Fernanda Lima (2009), “Corporações de mídia, entidades de classe e suas disputas sobre o diploma de jornalista”, XXXII Congresso Nacional de Ciências da Comunicação, *Anais...* Curitiba: Intercom, setembro (CD-ROM).
- Marcondes Filho, Ciro (2000), *Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hackers.
- Ribeiro, Ana Paula Goulart (2000), *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*, dissertação de doutorado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ.
- Segismundo, Fernando (1995), *Comunicação: Do Tijolo ao Lêiser*. Rio de Janeiro: Unigraf.
- Segismundo, Fernando (1988), *ABI, 80 anos*. Rio de Janeiro: Unigraf.
- Silva, Carlos Eduardo Lins da (1984), *Mil Dias*. São Paulo: Publifolha.

Sodré, Nelson Werneck (1977), *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Zelizer, Barbie (2004), *Taking Journalism Seriously: News and the Academy*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.